NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 15/Mai

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3193- Ano 2024

RORAIMA

O SINTEVITRAVER se manifestar contra o Projeto de Lei 99/2023 de autoria da deputada Joilma Teodora (PODE)

O SINTEVITRAVER, através do seu Presidente e toda a sua diretoria, vem se manifestar contra o Projeto de Lei 99/2023 de autoria da deputada Joilma Teodora que trata da segurança armada nas escolas públicas de Roraima, onde policiais militares e penais de folga poderão atuar nessa missão, mediante remuneração.

O SINTEVITRAVER, está atento no que se trata a assuntos da nossa categoria, nos manifestaremos se assim for necessário, para que nenhum pai de família vigilante, perca seu emprego e seja prejudicado por uma lei que só privilegiará quem já é bem remunerado e já ocupa cargo público.

"Respeito, compromisso, força e Honra!"

Fonte: Sindicato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Joilma Teodora — Roraima

GABINETE DA DEPUTADA JOILMA TEODORA

PROJETO DE LEI Nº 099 DE 2023

Dispõe sobre a segurança nas escolas públicas estaduais do Estado de Roraima e autoriza a atuação de policiais militares de folga para a realização de segurança armada, mediante remuneração.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA DECRETA:

Artigo 1º - Os policiais militares do Estado de Roraima de folga interessados em atuar na segurança armada das escolas públicas estaduais deverão se inscrever em uma lista de voluntários, organizada pela Secretaria de Segurança Pública- SESP/RR e pela Secretaria de Educação- SEED/RR.

§1º - Permite-se que os policiais militares reformados atuem no programa de segurança armada previsto nesta lei, desde que estejam fisicamente aptos.

§2º - Em nenhuma hipótese os policiais militares serão usados para lidar com questões meramente disciplinares.

Art. 2º - A Secretaria de Segurança Pública deverá coordenar e fixar diretrizes para a atuação dos policiais militares de folga nas escolas públicas estaduais, de forma a garantir a segurança dos alunos, professores e demais funcionários.

Art. 3º - O pagamento da remuneração dos policiais militares de folga que atuarem na segurança armada das escolas públicas estaduais será de responsabilidade da Secretaria de Educação, por meio de dotação orçamentária própria.

Art. 4º - Os policiais militares de folga que atuarem na segurança armada das escolas públicas estaduais deverão seguir as normas de conduta da Polícia Militar, e estarão sujeitos às mesmas responsabilidades e penalidades que os policiais em serviço.

Art. 5º - A atuação dos policiais militares de folga na segurança armada das escolas públicas estaduais será regulamentada por ato do Poder Executivo, que deverá estabelecer as normas e procedimentos necessários para a execução desta lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA DEPUTADA JOILMA TEODORA
FONE (95) 4009-5564
Palácio Antônio Martins - Praça do Centro Cívico, 202 - CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil – Site: https://al.rr.leg.br

CUT-RS quer garantia de emprego e renda aos trabalhadores atingidos pelas chuvas

Entre as reivindicações estão a ultratividade por 90 dias, a participação dos sindicatos nas negociações, a garantia de empregos para empresas beneficiadas pelos governos e um plano de recuperação para as MEIs

enchente no Rio Grande do Sul

A CUT-RS enviou nesta terça-feira (14), ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), à Secretaria - Geral da Presidência da República, e ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH), um documento em que formaliza propostas para mitigar as condições de vida e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do estado.

O documento foi elaborado pela entidade em conjunto com as federações, sindicatos filiados e com o coletivo jurídico da Central do Rio Grande do Sul, após reunião realizada segunda-feira (13), com dirigentes sindicais das categorias da indústria da alimentação, saúde e metalúrgicos. Cada uma expressou suas demandas, junto com relatos dos trabalhadores durante esse momento de calamidade pública no estado.

O presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre, irá participar de uma reunião em âmbito nacional com todas as centrais sindicais e o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, onde fará a entrega do documento elaborado pela CUT-RS.

As reivindicações feitas pela CUT-RS são a manutenção integral dos empregos e da renda; a necessária participação das entidades sindicais em todos os processos que venham a reconfigurar os direitos previstos nas convenções e acordos coletivos das categorias.

Os sindicalistas gaúchos reivindicam que o governo Lula (PT) publique uma Medida Provisória (MP), válida por 90 dias, que garanta a ultratividade – que é a garantia de que, enquanto um novo acordo coletivo é negociado continuam válidas as cláusulas com conquistas relacionadas as condições de trabalho, reajustes salariais, piso salarial, jornada de trabalho, vale-refeição, vale-transporte e plano de saúde, entre outros benefícios.

Outras reivindicações são a garantia de que os sindicatos possam participar efetivamente das negociações em processos de mitigação de direitos trabalhistas por parte de empresas prejudicadas pelas chuvas e, especialmente que a lei nº 14.347, promulgada por Jair Bolsonaro (PL), não seja utilizada como referência para que as empresas possam reduzir ganhos e direitos dos trabalhadores.

A Lei 14.437, promulgada em agosto de 2022, retomou com algumas mudanças, as regras do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que foi adotado durante a pandemia de covid-19, passando a ser permanente e poderá ser instituído sempre que houver estado de calamidade pública. Entre as medidas trabalhistas previstas

estão o teletrabalho; a antecipação de férias individuais; a concessão de férias coletivas; o aproveitamento e a antecipação de feriados; o banco de horas; e a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

"Temos regiões e municípios em situação de emergência e não em calamidade. Por isso não podemos deixar que a lei 14.437 não é auto aplicável para ser referência do empresariado nessa hora", diz Amarildo Ceci, presidente da CUT-RS.

O dirigente conta que há denúncias de que trabalhadores que estão com suas casas alagadas e outros em albergues estão sendo demitidos ou colocados em férias, sem que haja nenhuma negociação com os sindicatos desses trabalhadores.

"Essa é uma situação ruim, temos milhares de pessoas abrigadas nos centros da Defesa Civil, nos sindicatos, nas Igrejas e, por isso que é importante que nós, de fato, os sindicatos sejam interlocutores com os patrões para que seja feita alguma mitigação que garanta empregos, que qualquer definição de politicas públicas para as empresas se tenha uma contrapartida para os trabalhadores, que se garanta auxílio emergencial para complementar a renda, eventualmente, de quem tenha renda reduzida", reforça.

No documento, segundo Amarildo, também está a reivindicação de uma linha de crédito para as Micro e Pequenas Empresas (MEIs).

"Essas MEIs foram montadas por trabalhadores que pegaram uma indenização, uma aposentadoria e abriram um negócio e perderam tudo. Tem de haver uma política, um processo de reconstrução, que o Estado brasileiro tem de fazer sua parte", diz.

O presidente da CUT-RS também ressalta a necessidade de um plano de reconstrução de moradias fora das áreas atingidas pela cheia.

"É preciso reconstruir moradias em áreas fora de risco para que não se repita todo ano essa tragédia; que se reconstrua tudo numa lógica mais coletiva, cooperativada, e que se aproveite para se discutir uma nova politica de cuidado da natureza, com a nossa casa, nossa comunidade e não apenas com a visão de que essa casa é apenas minha", conclui Amarildo.

Confira a lista de reivindicações da CUT-RS para a proteção da classe trabalhadora

Empregos devem ser preservados. É inaceitável que trabalhadores sejam demitidos neste momento mais traumático da vida dos trabalhadores gaúchos;

A Lei 14.437 não é autoaplicável, por isso, é necessário e urgente um Ato do Ministério do Trabalho que mitigue as consequências da calamidade aos trabalhadores.

Participação das entidades sindicais nos acordos coletivos relativos a calamidade e os acordos devem ter o cuidado de resguardar a possibilidade da edição de normas mais benéficas aos trabalhadores;

A imposição pelas empresas da antecipação de 100% das férias coletivas ou individuais não é aceitável;

Trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, que não possuem condições de acessar seus locais de trabalho não podem ser penalizados com descontos em seus vencimentos ou qualquer tipo de punição;

Manutenção da ultratividade das convenções coletivas;

Abono de 10 dias para trabalhadores que foram atingidos com a calamidade; h) Muitas categorias estão em processos de negociação coletiva neste mês de maio.

Alertamos que não podemos aceitar que a calamidade seja utilizada nas mesas de negociação para cancelar reajustes salariais e rebaixar direitos.

Propostas para políticas públicas emergenciais de enfrentamento da calamidade

Garantia de participação da representação das entidades sindicais nos espaços de construção e definição de políticas públicas dirigidas aos trabalhadores e trabalhadoras empregados;

Garantias de instrumentos e controle social dos recursos destinados ao enfrenta[1]mento da calamidade e situação de emergência;

Liberação do FGTS sem limites para os trabalhadores que tiveram suas propriedades e bens destruídos;

Linhas de crédito facilitado para empresas atingidas pelas enchentes desde que apresente contrapartida de manutenção dos empregos;

Lançamento de um programa de auxílio emergencial para complementação de renda em casos de redução salarial;

Suspensão do desconto previdenciário dos servidores públicos dos três níveis;

Liberação de crédito a fundo perdido para MEIs, pequenas empresas e medias em[1] presas, priorizando empresas que atuaram com responsabilidade social durante a calamidade, supervisionado pelas entidades sindicais.

Crédito facilitado e a fundo perdido para reconstrução produtiva da agricultura familiar;

Suspensão imediata da cobrança de dívidas de operação de crédito rural e renegociação das dívidas dos pequenos agricultores familiares e camponeses;

Plano de construção de moradias, a exemplo do que vários sindicatos já realizam com as cooperativas habitacionais (nossa casa nossa vida);

Linha de crédito a fundo perdido para aquisição de móveis, linha branca, material de cozinha e cama para trabalhadores que foram atingidos pelas enchentes e que tiveram suas moradias inundadas e seus bens destruídos;

Linha de crédito a fundo perdido para aquisição de utensílios domésticos para famílias de trabalhadores que tiveram suas habitações inundadas e seus bens destruídos e;

Frentes de trabalho através de consórcios envolvendo o estado e a iniciativa privada para limpeza e reconstrução das cidades atingidas pelas enchentes.

Balanço da Defesa Civil do estado do Rio Grande do Sul, divulgado ao meio-dia desta terça-feira (14).

Municípios afetados: 446

Pessoas em abrigos: 76.884

Desalojados: 538.545

Afetados: 2.124.203

Feridos: 806

Desaparecidos: 124

Óbitos confirmados: 148

Óbitos em investigação: 0

Pessoas resgatadas: 76.483

Animais resgatados: 11.002

Efetivo: 27.651

Viaturas: 4.405

Aeronaves: 41

Embarcações: 340

A Defesa Civil do Estado orienta às pessoas a verificarem se seus nomes constam na lista de desaparecidos. Se constar, a orientação é procurar a Delegacia de Polícia Civil mais próxima para verificação e regularização dos dados, com a retirada do nome da lista de desaparecidos.

Com informações da CUT-RS

BB registra lucro de R$ 9,3 bi no trimestre e abertura de mais de 1.600 postos em doze meses

Resultado reflete atuação de trabalhadores: banco registrou aumento de mais de 1,56 milhão de clientes, enquanto crescimento de postos foi de 1.610, no período

Dados O Banco do Brasil teve lucro de R$ 9,30 bilhões nos primeiros três meses de 2024. O valor significa crescimento de 8,8% em relação ao primeiro trimestre de 2023. Por outro lado, representa queda de 1,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior, ou seja, de outubro a dezembro de 2023, quando o lucro ficou em R$ 9,44 bilhões.

O retorno sobre patrimônio líquido (RSPL), indicador financeiro também conhecido como ROE e que mede a capacidade da empresa em agregar valor, teve aumento de 0,7 pontos percentuais (p.p.) em doze meses, chegando a 21,7%. O percentual, porém, representa queda de 0,86 p.p. em relação ao último trimestre de 2023.

Os fatores que mais impactaram para que o resultado não fosse melhor, segundo o banco, foram os investimentos com a digitalização do relacionamento com o cliente, concessão sustentável do crédito, diversificação das receitas e controle de custos.

Agências e clientes

Dados divulgados no relatório produzido pela equipe do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre os recentes resultados do BB mostram que, no final do trimestre concluído março, o BB contava com 87.067 funcionários – aumento de 1.610 postos de trabalho em 12 meses. "Vale destacar que o número de estagiários cresceu mais rápido no mesmo período, chegando em 463 no final do trimestre – aumento de 44,2% em relação a março de 2023. O número de funcionários, por sua vez, cresceu apenas 1,9% durante os doze meses", observa o Dieese.

No mesmo período, o número de agências tradicionais se manteve igual (total de 3.172), mas houve abertura de 18 agências digitais e especializadas, totalizando 826 estruturas nesses perfis. Por outro lado, houve a redução de 54 postos de atendimento bancário e aumento de 1,56 milhão de clientes (totalizando 83,61 milhões), na passagem de um ano.

Segundo Pesquisa do Emprego Bancário (PEB) referente ao primeiro bimestre de 2024, elaborada pelo Dieese com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), os bancos fecharam 4.171 postos de trabalho, em um ano, em todo o Brasil.

"Isso mostra a importância dos bancos

públicos, para o setor, ao ver que o BB manteve o número de agências formais e aumentou o número de empregados, com perspectiva de abertura de novos concursos públicos", destaca a coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), Fernanda Lopes.

"Nós, inclusive, estamos acompanhando e cobrando de perto o aumento do quadro, porque os lucros do BB são o resultado da atuação das funcionárias e funcionários. E, apesar do aumento de contratações, houve um aumento expressivo no volume de clientes e aqui entramos em outra cobrança do movimento sindical: reformulação do plano de metas e cargos, para não haver cobrança excessiva e que leve ao adoecimento dos empregados", completou.

Carteira de crédito

A concessão de crédito cresceu 10,2% em 12 meses e 6,1% no trimestre, totalizando R$ 1,14 trilhão, em março de 2024. O Agronegócio, que representa um terço de toda a carteira da instituição, foi o que mais cresceu: 15,5%, em um ano, totalizando R$ 372,51 bilhões.

No mesmo período, a carteira Pessoa Física cresceu 5,8% (R$ 317,40 bilhões) e a carteira Pessoa Jurídica expandiu 8,5% (R$ 393,50 bilhões).

Inadimplência e despesas com PCLD

O BB afirma que o índice de inadimplência para atrasos superiores a 90 dias ficou em 2,90%, aumento de 0,28 p.p. em relação a março de 2023, mas ainda abaixo da inadimplência média do Sistema Financeiro Nacional (3,20%).

Já as despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), também chamada de provisões para devedores duvidosos (PDD), cresceram 145,3%, em doze meses, totalizando R$ 10,15 bilhões no primeiro trimestre de 2024. Segundo a instituição, o aumento da provisão foi reflexo do agravamento do risco nos segmentos large corporate (grande empresa) e agronegócio.

Confira aqui os destaques completos do balanço, apontados pelo Dieese.

(em R$ milhões)

Contas	1º tri 2024	4º tri 2023	1º tri 2023	Variação 3m	Variação 12m
Ativos Totais	2.305.031	2.172.480	2.114.744	6,1%	9,0%
Carteira de Crédito Ampliada	1.138.094	1.108.578	1.032.830	2,7%	10,2%
Patrimônio Líquido	179.021	173.076	169.533	3,4%	5,6%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido ajustado	21,7%	22,5%	21,0%	-0,8 p.p.	+0,7 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	9.300	9.442	8.550	-1,5%	8,8%
Lucro Líquido Contábil	8.782	8.862	8.207	-0,9%	7,0%
Receita com as Operações de Crédito	38.120	33.001	31.535	15,5%	20,9%
Despesas da Intermediação Financeira	-53.273	-49.007	-44.720	8,7%	19,1%
Despesas de PCLD	-10.150	-10.571	-4.139	-4,0%	145,3%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	15.646	17.773	15.598	-12,0%	0,3%
Rec. Prest. Serviços + Rendas de Tarifas (RPS)	8.325	8.744	8.286	-4,8%	0,5%
Despesa de Pessoal + PLR	-6.718	-6.723	-6.989	-0,1%	-3,9%
Cobertura (RPS/DP)	123,92%	130,06%	118,56%	-6,14 p.p.	+5,36 p.p.
Resultado antes dos Tributos e Participações	11.112	12.022	12.355	-7,6%	-10,1%
Imposto de Renda e Contribuições	-229	-868	-2.284	-73,6%	-90,0%
Taxa de Inadimplência (90 dias)	2,90%	2,92%	2,62%	-0,02 p.p.	+0,28 p.p.
Índice de Basileia	15,13%	15,47%	16,19%	-0,34 p.p.	-1,06 p.p.
Agências Tradicionais	3.172	3.172	3.172	0	0
Agências Digitais e Especializadas	826	820	808	6	18
Postos de Atendimento Bancário	1.546	1.551	1.600	-5	-54
Número de Clientes (mil)	83.605	82.984	82.046	621	1.559
Número de Empregados	87.067	86.220	85.457	847	1.610

Fonte: Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco do Brasil (1º trimestre de 2024).

Elaborado pela Rede Bancários – DIEESE.

Lucro do Inter cresce 706%, mas banco demite e sobrecarrega funcionários

O número de clientes aumentou em 5,4 milhões nos últimos doze meses, entretanto, banco reduziu 511 postos de trabalho

No 1º trimestre de 2024, o Inter registrou lucro recorde de R$ 195,2 milhões, crescimento de 706,2% em relação ao mesmo período de 2023. Além disso, a Carteira de Crédito atingiu R$ 32,1 bilhões, com alta de 27,9% em doze meses. No entanto, apesar dos resultados recordes, funcionárias e funcionários sofrem com sobrecarga de trabalho e cobrança excessiva de metas. Veja a análise completa feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aqui.

O número de clientes do Inter aumentou em 5,4 milhões nos últimos doze meses, chegando a 31,7 milhões no primeiro trimestre do ano. No mesmo período, porém, o banco reduziu 511 postos de trabalho, o que revela um aumento nas demandas de trabalho de cada funcionário. O relatório do Dieese demonstrou que, para cada funcionário, são 5,2 mil clientes.

"O Banco Inter comemora uma 'melhora da produtividade' que, na verdade, representa a exploração dos trabalhadores. O número de clientes subiu mais de 5 milhões em doze meses, enquanto caiu o número de funcionários. Isto significa sobrecarga de trabalho e adoecimento. É absurdo celebrar que haja 5.200 clientes para cada bancário", criticou Liliam Diniz, funcionária do Inter e diretora do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte.

Para Marco Aurélio Alves, outro diretor do Sindicato de BH, o lucro recorde do Inter é reflexo de toda dedicação e empenho das bancárias e dos bancários. "Infelizmente, ainda recebemos denúncias dos trabalhadores sob extrema pressão para o cumprimento de metas cada vez mais absurdas impostas pelo banco. Nesse sentido, a participação nos lucros e o PCPR deste ano devem simbolizar não apenas um valor a mais na conta bancária, mas sim a valorização e respeito a todos os funcionários", afirmou.

Fonte: Seeb BH

Projeto cria cotas no serviço público para mulheres saídas do sistema prisional

A proposta será analisada pelas comissões da Câmara dos Deputados

Delegada Adriana Accorsi, a autora do projeto

Fonte: Agência Câmara de Notícias

O Projeto de Lei 661/24 cria cotas no serviço público para mulheres egressas do sistema prisional. A proposta estabelece cota de 5% do total de funcionários de empresas contratadas pelo Poder Público para serviços de prestação continuada (como vigilância, limpeza, manutenção etc).

O texto também propõe cota de 5% para egressas em programas de empregabilidade ou de formação profissional, que venham a ser promovidos ou apoiados pelo Poder Público (seja da administração direta ou indireta, autarquias, fundações públicas etc). Todas as cotas citadas deverão ser paritárias, em relação a raça e gênero, incluindo-se travestis e mulheres transexuais.

Política de humanização

A criação dessas cotas se insere na Política Nacional de Apoio e Humanização às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional e seus familiares proposto pelo projeto.

O objetivo é articular a atuação do Poder Público em ações voltadas à redução do encarceramento, à proteção dos direitos humanos nos presídios; e garantir o acesso a direitos e serviços públicos às acusadas e apoio às famílias das presas e saídas do sistema prisional e suas respectivas famílias.

Cidadania e formação profissional

A proposta prevê que o Poder Público atue na promoção da cidadania de mulheres egressas do sistema prisional, com a articulação de políticas de educação, assistência social, saúde e acesso a trabalho a esta população.

O projeto também permite que sejam criadas alternativas de formação profissional, de inserção em programas de empregabilidade e de desenvolvimento de projetos de economia solidária, respeitadas as especificidades e interesses de cada mulher e suas respectivas obrigações com o sistema de Justiça.

Crimes não violentos

A autora do projeto, deputada Delegada Adriana Accorsi (PT-GO), afirmou que os crimes cometidos por mulheres em sua maioria, não são violentos. Apenas 6% são homicídios, a maioria, 62% são crimes relacionados ao tráfico de drogas, devido fatores sociais e econômicos.

"O Brasil é a 4ª maior população prisional feminina do mundo [EUA, China e Rússia na frente]. É importante destacar que, 74% das mulheres em restrição de liberdade possuem filhos", acrescenta Adriana.

Próximos Passos

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; de Defesa dos Direitos da Mulher; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier
Edição – Natalia Doederlein
Fonte: Agência Câmara de Notícias

SOLIDARIEDADE

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF